

A guerra no século XVIII: um estudo lexical em perspectiva discursiva

(La guerre au XVIII^e siècle: étude lexical dans une perspective discursive)

Mariana Giacomini Botta¹

¹Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – FCL/CAr (UNESP);
Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle

marianabotta@gmail.com

Résumé: À partir de l'idée que le lexique fonctionne et évolue dans une interaction constante entre langue et discours, l'analyse lexicale dans une perspective discursive considère le fonctionnement des mots en situations réelles d'usage. L'étude lexico-sémantique se complète par une analyse discursive basée sur un modèle dialogique de l'énonciation, dans lequel l'analyse sémantique est inséparable de l'analyse discursive. Le sens est doublement déterminé: dans l'intradiscours (le discours dans son développement linéaire et séquentiel), et dans l'interdiscours (le discours étant constitutivement formé d'autres discours). Nous travaillons sur un corpus de textes journalistiques du XVIII^e siècle qui a plus de 250.000 occurrences, dont 411 sont de l'unité lexicale *guerre*, la 12^e la plus fréquente, ce qui est la preuve de sa pertinence dans la société de cette époque-là.

Mots-clés: Lexicologie; analyse du discours; presse du XVIII^e siècle.

Resumo: Partindo do princípio que o léxico funciona e evolui numa constante interação entre língua e discurso, a análise lexical em perspectiva discursiva considera o funcionamento das palavras em situações reais de uso. O estudo semântico-lexical é complementado por uma análise discursiva baseada num modelo dialógico da enunciação, no qual a análise semântica é inseparável da análise discursiva. O sentido é duplamente determinado: no intradiscurso (o discurso em seu desenvolvimento linear e sequencial), e no interdiscurso (o discurso como sendo constitutivamente formado de outros discursos). Trabalha-se com um *corpus* composto de textos jornalísticos do século XVIII, com mais de 250 mil ocorrências, no qual a unidade lexical *guerra* aparece 411 vezes, sendo a 12^a mais frequente, o que comprova sua relevância na sociedade daquela época.

Palavras-chave: Lexicologia; análise do discurso; imprensa do século XVIII.

Introdução

No século XVIII, a guerra era uma das principais atividades políticas, realizada com o objetivo de garantir a manutenção e a conquista de territórios. Também tinha importância econômica, pelo fato de ser um meio de consolidação do controle de rotas comerciais, e por incentivar a fabricação de armas e navios, garantir a oferta de empregos no exército e estimular a produção da indústria alimentícia, para assegurar a subsistência das tropas durante os longos períodos de conflitos. A guerra era vista como uma necessidade e uma continuidade da política, uma tentativa de proteger e de aumentar a prosperidade econômica, política e social.

Nesta pesquisa, trabalha-se com um *corpus* composto de textos jornalísticos do primeiro jornal impresso em língua portuguesa, a *Gazeta de Lisboa*, que registra mais de 250 mil ocorrências e 25.255 formas diferentes. A palavra **guerra** aparece 411 vezes, sendo a 12^a unidade lexical mais frequente, o que prova sua importância naquele período.

Por isso, propõe-se o estudo dos sentidos dessa unidade, aliando teorias e métodos da lexicologia e da análise do discurso de linha francesa.

O *corpus* da *Gazeta de Lisboa* é formado por 99 edições, que vão desde o primeiro ano de sua publicação, 1715, até 1808, ano em que a família real portuguesa se transfere para o Brasil. Durante todo o século XVIII a imprensa se popularizou na Europa, com a publicação de gazetas em diversas localidades, o que ampliou o acesso às informações sobre as relações entre os governos. Assim como nas publicações de outros países, na gazeta portuguesa eram relatados os acontecimentos — principalmente políticos e militares — de toda a Europa e Ásia, e também eram publicadas notícias sobre o comércio nas colônias na África e na América.



Figura 1. Página inicial da primeira edição da *Gazeta de Lisboa*, que compõe o *corpus* desta pesquisa

Análise do léxico em perspectiva discursiva

Entende-se que o léxico funciona e evolui numa constante interação entre língua e discurso, e que apreender o funcionamento de um vocabulário implica levar em consideração o uso que se faz das unidades da língua. Por isso, a análise lexical em perspectiva discursiva considera o funcionamento das palavras em situações reais de uso. É nas manifestações discursivas que os usuários da língua atuam sobre as estruturas do léxico, atribuindo sentidos de acordo com a visão, os valores ou os sentimentos que pretendem expressar.

Por se considerar o sistema lexical como repositório do saber de uma comunidade, as palavras de um vocabulário são vistas ao mesmo tempo como constituintes e como difusoras da consciência social, dos recortes culturais de uma época. Entende-se, com Chiss, Filliolet e Maingueneau (2001, p. 120), que as palavras estão impregnadas de valores que lhes conferem sua inserção histórica nos discursos políticos e ideológicos.

Segundo Gil (2002; 2006), é nos usos discursivos que os indivíduos atuam sobre o léxico, em um processo de construção e reconstrução permanente, que acontece por meio de operações cognitivas que são determinadas socialmente. O conhecimento produzido por um conjunto social e renovado na interação discursiva explicita-se na seleção lexical realizada pelos locutores. Para se descrever qual é o conhecimento partilhado pelos falantes em determinada situação de comunicação, é preciso que as unidades lexicais sejam analisadas como objetos do discurso. “A cada escolha lexical os objetos do discurso vão se construindo e se reconstruindo de acordo com o projeto de dizer do enunciador” (GIL, 2006, p. 407). Segundo esta autora, a análise lexical em perspectiva discursiva permite verificar como o léxico contribui para a constituição de sentidos que apontam para a visão de mundo dos participantes do discurso. Branca-Rosoff (2007, p. 15) afirma que o estudo das escolhas lexicais possibilita verificar o modo como o locutor contextualiza as unidades das quais ele trata, e também permite observar a forma como, fazendo isso, ele exprime sua posição em relação ao que fala.

Ao se aceitar o pressuposto de que os estudos lexicais devem procurar os usos para chegar aos sentidos, insere-se na pesquisa, além da noção de discurso, o elemento contexto. Ele não é entendido apenas como o texto ou as frases mais próximas à ocorrência da unidade lexical a ser estudada, mas está relacionado à situação histórico-social-ideológica de um enunciado. Tal conceito envolve também outros textos que foram e que são produzidos ao redor daquele a que se dedica o estudo, e que com ele se relacionam. Percebe-se, desta forma, que a concepção de contexto ultrapassa os limites linguísticos e se relaciona com o conceito de dialogismo.

Trabalha-se com a ideia de que o sentido se forma na história, por meio do trabalho da memória, e que as palavras que os locutores utilizam estão inscritas nessa história, independentemente de quem as emprega. Não se trata de questionar o que é dito, mas o como é dito. As palavras adquirem uma dimensão intertextual, pois carregam consigo a memória de usos anteriores, e assim, entende-se que o dialogismo está inscrito nas palavras, pois existem circunstâncias enunciativas que caracterizam seus usos. Aceita-se a ideia de que a escolha das unidades da língua usadas na enunciação é baseada na negociação interativa da relação entre a realidade e o sentido, que está sendo construído por meio da circulação de informações na sociedade.

Nos estudos lexicais, observa-se que certas práticas e associações no ambiente léxico-sintático das unidades parecem ser mais recorrentes que outras, e algumas destas práticas e associações são constituintes dos significados das palavras. Isso significa que há sempre a possibilidade de uma tendência de especialização léxico-semântica da palavra, que pode ser verificada por meio das co-ocorrências.

As diferenças de sentidos têm como um de seus fatores a historicidade dos sujeitos, que atua na relação que se dá entre o intradiscurso, ou seja, o nível da sequencialização do discurso pelo sujeito enunciador, e o interdiscurso, lugar dos sentidos construídos por outros sujeitos em outros momentos, mas que retornam, suscitados pelas palavras usadas nas enunciações. O intradiscurso é entendido, então, como o nível da formulação, que se diferencia do nível da enunciação, que é o interdiscurso. O intradiscurso é o “discurso como estrutura” e compreende a descrição e os efeitos que as marcas léxico-sintáticas operam na sequência discursiva.

A perspectiva discursiva aqui empregada é baseada num modelo dialógico da enunciação, que leva em conta a sequência discursiva com suas características intratextuais, intertextuais e interdiscursivas. Neste modelo, a análise semântica é inseparável da análise discursiva, o sentido é duplamente determinado: no intradiscurso e no interdiscurso. Entre as categorias observáveis de análise nessa perspectiva, estão, segundo Moirand (2007a, p. 15-16), as recorrências, repetições e reformulações de palavras, construções sintáticas e maneiras de dizer.

Nesta pesquisa, parte-se de uma análise semântico-lexical, realizada por meio da identificação dos semas que constituem os significados da unidade lexical **guerra**, apreendidos dos contextos em que ela é empregada e também das definições encontradas nos dicionários daquela época. Para identificar os traços de significação complementares associados à palavra **guerra**, realiza-se a análise de sua posição sintática e dos cotextos nominal e preposicional. Na análise em nível intradiscursivo, é feito um levantamento dos conceitos frequentemente relacionados à unidade lexical **guerra** nos textos jornalísticos do século XVIII e, no nível interdiscursivo, das principais ideias que circulavam na sociedade portuguesa daquela época.

Estudo semântico-lexical da unidade guerra

A unidade lexical **guerra** refere um acontecimento de ordem política que engloba diversas ações militares, que se desenvolvem no decorrer do tempo e de acordo com estratégias bem definidas. Nos textos que compõem o *corpus* deste trabalho, verifica-se que a unidade **guerra** trata de um conjunto de diversas ações e, portanto, engloba o grupo formado por outras unidades co-ocorrentes, que integram um mesmo campo léxico-semântico: assalto, acometimento, ataque, invasão, conquista, expugnação, tomada, escaramuça, peleja, conflito, choque e combate.

A opção pela análise da unidade lexical **guerra** se deve ao fato de ela ter a potencialidade de atualização de quase todos os semas que compõem as outras unidades do campo léxico-semântico em estudo. Dessa forma, percebe-se que ela refere um tipo de acontecimento que representa o todo do qual fazem parte as demais unidades.

O estudo mostra que as relações de significação existentes entre as unidades que compõem o campo léxico-semântico da unidade **guerra** não podem ser definidas apenas

pela ideia de hierarquia que caracteriza as relações de hiperonímia, hiponímia e co-hiponímia. A hiponímia é uma relação lexical de inclusão, que pode ser parafraseada como “x é um tipo de y”. Mas há casos neste campo em que a relação existente é de parte-todo, chamada de meronímia, que pode ser parafraseada como “x é parte de y”. A meronímia é a relação semântica em que uma unidade lexical refere parte de um todo designado por outra unidade.

A relação de **guerra** com as demais unidades pertencentes ao campo léxico-semântico das ações militares não é apenas hierárquica. Ao mesmo tempo em que se pode afirmar que um ataque, um combate ou uma batalha são tipos de ações que fazem parte de uma guerra, e que são, portanto, co-merônimas, entre algumas unidades do campo é observada também uma relação cronológica. Ou seja, além da relação de parte-todo, há também uma relação de anterioridade-posterioridade, que pode ser observada entre invasão e conquista, por exemplo.

O dicionário de Bluteau informa que a palavra **guerra** tem origem alemã e significa “discórdia, inimizade”. Ele cita uma definição do autor holandês Gerardus Joannes Vossius (1645): “He huma execução de vontades discordes, entre principes, Estados ou Republicas, que não admittindo razoens, só com armas se decide.” Pela definição encontrada em Moraes, guerra é “todo o acto hostil, com que se faz, ou procura mal ao inimigo, para o vencer, aprisionar, matar, tomar-lhe terras, ou navios, &c.”. As acepções encontradas nesses dicionários revelam a existência dos traços [+inimizade], [+discórdia], [+com armas] e [+com objetivos], que também podem ser apreendidos pelos contextos em que esta unidade aparece.

Pelos usos registrados no *corpus*, apreende-se que, do ponto de vista da esfera ou setor de atividade, a guerra pode ser considerada tanto como fato político e diplomático quanto militar, pois envolve a ação de exércitos para a resolução de conflitos políticos entre duas ou mais nações. Assim, ela pode atualizar nos discursos os traços [+político], [+diplomático] e [+militar].

Quanto aos tipos de atividades que envolve, uma guerra é marcada por ações realizadas pelo enfrentamento de exércitos de forma violenta e objetiva, em ações coordenadas que seguem determinadas estratégias e com o uso de armas. Percebe-se a presença de traços como [+entre nações], [+com ações entre exércitos], [+violento], [+com objetivos], [+com estratégias] e [+com o uso de armas].

Em relação às motivações e aos objetivos, uma guerra é reflexo da falta de acordo entre duas partes adversárias, que mostram a contrariedade e rivalidade em ações que visam derrotar o inimigo para conquistar riquezas, ocupar territórios, reafirmar seu poder e acertar diferenças político-diplomáticas. Algumas das ações visam, ainda resistir às ações do adversário. Podem ser apreendidos os seguintes traços: [+desacordo], [+contrariedade], [+rivalidade], [+para vencer], [+de conquista], [+de ocupação], [+disputa de poder], [+resolução de divergências] e [+resistência]. Além disso, a unidade ainda apresenta os semas [+de grande importância], [+localizado], este último relacionado com o lugar em que se realizam as ações.

Os 19 traços de significação aqui apresentados foram obtidos pela comparação das ocorrências da unidade no *corpus* com as definições dos dicionários da época. Outros semas que compõem o significado da palavra **guerra** poderão ser recuperados pelo estudo do cotexto e de elementos do intradiscorso.

O cotexto da unidade guerra

Em 44 das 191 ocorrências da unidade lexical **guerra** referindo o conjunto de ações militares praticadas entre duas ou mais nações em situação de desacordo ou de disputa, ela é empregada na posição sintática de objeto direto, seguida em frequência pela de objeto indireto, com 35 ocorrências. Como sujeito, é usada em apenas 14 ocorrências.

Entre as preposições empregadas em associação com a unidade **guerra**, contra é a mais frequente, com 15 ocorrências no *corpus*, seguida por com, que é usada 14 vezes. Entre e a ocorrem 6 vezes cada uma. A preferência pela utilização de contra indica a intenção de se reforçar as ideias de oposição, contrariedade e hostilidade, enquanto o uso de com, revela a existência de algum tipo de relação, seja de oposição ou de participação de forma equivalente ou recíproca.

O cotexto nominal de **guerra** é marcado por um certo equilíbrio de unidades co-ocorrentes que pertencem ao universo político-administrativo (Estados, país, corte, república, majestade) e a textos de característica militar (tropas, exército, homens, forças, etc.).

Tais observações sobre os entornos linguísticos de **guerra** no *corpus* mostram que essa unidade, apesar de estar sempre presente nos textos, não é o foco dos enunciados, sendo empregada como complemento (objeto direto e indireto) em 41,3% das ocorrências. Em 42,5%, **guerra** compõe locuções adverbiais (depois da guerra, na última guerra, por exemplo). Isso revela que a gazeta não falavam diretamente sobre a guerra, pois seus textos não tinham a função didática característica da imprensa atual, mas tratavam de ações pontuais, mas apenas relatavam seus desdobramentos. Os sintagmas verbais em que **guerra** é empregada representam cerca de 9% das ocorrências, o que revela que ela é raramente relacionada à ideia de ação, pois a maioria dos empregos é com verbos de estado (estar em guerra e se achar em guerra).

O estudo do cotexto é, portanto, revelador da presença dos seguintes traços: [+oposição], [+rivalidade] e [-agentividade], complementares aos 19 traços obtidos pelo estudo semântico-lexical realizado na seção anterior.

Análise no intradiscurso

O estudo do intradiscurso compreende a descrição e os efeitos que as marcas léxico-sintáticas operam na sequência discursiva. É nessa sequência que os objetos de discurso, elaborados no interdiscurso, são materializados na enunciação. De acordo com Courtine (1981, p. 36), entende-se que é no intradiscurso que o interdiscurso se consolida, pois nesse nível os objetos de discurso são retomados na forma de pré-construídos, estabelecendo relações de sentido linearizadas na sequência textual.

Moirand (2007b, p. 96-98) afirma que no fio horizontal do discurso se inscrevem, muitas vezes clandestinamente, “palavras já ditas, sentidos já enunciados, dizeres anteriores, posições enunciativas”, que remetem aos fios verticais do interdiscurso. Entre os elementos que podem ser observados nesse nível da análise estão, segundo esta autora, as recorrências, repetições e reformulações de palavras, construções sintáticas e maneiras de dizer.

As ideias associadas ao referente guerra

Realiza-se um levantamento das ideias frequentemente relacionadas à unidade **guerra** na sequência discursiva, não limitada ao entorno mais próximo, mas ao enunciado. Foram encontradas 11 noções e representações recorrentes que revelam as maneiras de ver a guerra na época estudada e que agregam traços de significação à unidade.

a) Ideia de algo que poderia ser evitado

A associação frequente da palavra **guerra** a algo que poderia ser evitado demonstra e reafirma a carga negativa contida nela, uma vez que se costuma evitar algo que se considera desagradável ou perigoso. Esses sentidos aparecem nos textos da “Gazeta de Lisboa” quando a unidade lexical se refere a algo iminente, quando se relatam as negociações que antecedem o início dos combates, como pode ser observado nos seguintes excertos¹:

- (1) [...] tem escrito a varias cortes para *evitar a guerra* [...].
- (2) [...] que ha de *evitar* as calamidades, e a confusaõ de huma guerra [...].

b) Ideia de algo que não pode ser evitado

Contraditoriamente, como objeto de discurso, a guerra também é mostrada como acontecimento inevitável. Impedir sua realização demandaria um poder superior ao dos homens, ela era vista como algo que os governantes se veriam obrigados a empreender para assegurar o bem comum, o que seria seu papel e, assim, justificaria as consequências. Citam-se exemplos desta construção contraditória do referente:

- (3) [...] que so *lhe ordenam fazer a guerra* contra os Infieis [...].
- (4) S. Mag. Catholico *se vira obrigada* a entrar em guerra com a Gram Bretanha [...].
- (5) Desde que a guerra com a Grão-Bretanha se *julga inevitavel* [...].
- (6) A Austria entrou na guerra, mas foi somente quando *julgou impossivel* conservar a paz.

c) Ideias de potência e vigor

Considerada ou não inevitável, os discursos mostram que a guerra era vista como uma atividade necessária para garantir o bem da nação e, portanto, era preciso que os países empenhassem nela todas as suas forças. São associadas à unidade lexical **guerra**, as ideias de potência e vigor, entendidas como “força do corpo ou do espírito, energia”, a relacionam com a honra e o orgulho das nações, ao sentimento nacionalista.

Uma vez que se viram “obrigados” a entrar em guerra, por ordem divina ou defesa de interesses próprios, os países teriam de mostrar disposição e usar todas as forças para obter um resultado positivo, como pode ser visto nos trechos seguintes:

- (7) [...] parecem *incansaveis* nas suas preparaçoens de guerra [...].
- (8) [...] com a ocasiam da presente guerra, que se quer continuar com o *todo o vigor* possivel [...].
- (9) [...] os preparativos de guerra proseguem com *grande ardor*.
- (10) [...] se fazem preparos com huma *actividade reduplicada* para renovar a guerra [...].

¹ Nos exemplos retirados do *corpus*, todos os itálicos são nossos e foi mantida a grafia original.

d) Ideia ligada à duração

Por ser considerada como uma atividade necessária para garantir o bem das nações, por requerer o uso de todas as forças (incluindo não apenas a força física e espiritual, mas também econômica), a unidade **guerra** é frequentemente ligada nos discursos à preocupação sobre a sua duração. Nos textos defende-se a ideia de que a persistência e a sobrevivência financeira durante o conflito são fatores mais importantes para um desfecho favorável que o número de soldados e o poder do exército. Exemplos:

- (11) [...] pensão que a guerra não *durara muito tempo* [...].
- (12) [...] a *continuação da guerra* do continente, e a situação interna de diversos países [...].

e) Ideia ligada a questões econômicas

A duração prolongada das guerras gerava uma preocupação econômica, expressa de maneira recorrente no *corpus*, e que também compõe o referente discursivo, como pode ser observado abaixo:

- (13) [...] sofre por efeitos d'uma guerra, em que ha dous annos a esta parte *tem gasto avultadissimas sommas* [...].
- (14) Para *supprir as despesas* que exige o proseguimento da guerra, mandou o grão senhor que todos os seus vasallos levassem a casa da moeda os seus trastes de ouro e prata [...].
- (15) [...] e a paz com alguns Paizes vizinhos fara em breve *diminuir as avultadissimas despesas* da guerra [...].

f) Ideia ligada a consequências negativas

Além dos prejuízos econômicos, a guerra, mesmo sendo considerada necessária para a nação, é representada nos discursos como algo negativo e que tem consequências prejudiciais e catastróficas, como a perda de autonomia e de territórios, a fome e proliferação de doenças. Não são raras as ocorrências em que a unidade aparece associada a verbos como padecer, sentir, sofrer e recear. Os três primeiros têm em comum o traço de experimentação de algo geralmente negativo, que oferece dor física ou moral. Recear, relacionado a medo, apreensão e preocupação, também reitera o pensamento de algo que causa danos. A unidade **guerra** também é continuamente relacionada a elementos nominais de conotação depreciativa, como perigo, infausto, acidente e triste efeito, como pode ser visto nas ocorrências seguintes:

- (16) [...] as *consequencias* que podem produzir os *infaustus principios desta guerra* [...].
- (17) [...] como se este *padecesse* ja huma guerra declarada [...].
- (18) [...] havendo igualmente *padecido os efeitos da guerra*, e os estragos do mal contagioso [...].
- (19) [...] sentem extremamente os *tristes efeitos da guerra* [...].
- (20) [...] prevenir-se contra os *accidentes*, que ainda podem resultar da presente guerra [...].

g) Ideia de morte e crueldade

A perda de vidas humanas de maneira violenta também é ideia recorrente relacionada à unidade **guerra** nos textos e, portanto, participa da constituição do referente. Percebe-se que em algumas ocorrências, os relatos parecem ser mais objetivos e tentam atenuar o ponto

de vista da crueldade, falando da perda de homens, enquanto outras descrições retratam a violência denunciando o derramamento de sangue, como pode ser visto nas transcrições a seguir:

- (21) Tem-se averiguado *haver perdido* o Exercito Imperial nesta ultima guerra de Turquia *36U homens* [...].
- (22) A *perda dos inimigos* foy ao menos igual a nossa. Isto he, o que asseguram os officiaes, que se acharam nesta aççam.
- (23) Acharam-se *1U400 mortos no campo*, e a *nossa perda* consiste so em hum Capitam, hum Tenente, e perto de 60 Dragões, ou soldados de cavalo.

h) Ideia de derrota

Não apenas a perda de vidas, mas a derrota e a consequente subtração de territórios, de liberdade e de autonomia estão entre os riscos ligados ao referente **guerra**. Dessa forma, a repetição da ideia de perda também constitui esse referente no discurso, como mostram os excertos:

- (24) [...] não se pode duvidar do que teria feito, se se *tivesse perdido alguma batalha* importante.
- (25) *Austria soffreo huma derrota*, mas não estava perdida; tinha hum armisticio.

i) Ideia de um fato situado no tempo e no espaço

Por ser considerada um tipo de ação de grande importância e de grandes consequências, a unidade **guerra** também adquire nos discursos o significado de algo que é situado no tempo e no espaço e que serve como um marco, como referência. Revelam essa característica os seguintes empregos:

- (26) [...] que tem servido neste Reyno, e a Catalunha na *ultima guerra* [...].
- (27) [...] que estes tomaraõ aos Cantoens catholicos na *ultima guerra que houve* na Helvecia [...].
- (28) [...] ao tempo que a Europa *se achava embaraçada com huma guerra* tam activa [...].
- (29) [...] *durante a ultima guerra*, tinham os inglezes tomado muitos navios genovezes nas costas de Toscana [...].

j) Ideia de identificação das partes adversárias

Embora com menos frequência, pelos usos da unidade lexical **guerra** percebe-se que se pode relacionar o referente aos lados envolvidos. Os empregos das preposições contra, de, com e entre, que podem demandar um ou mais argumentos, também situam o referente. Da mesma forma que os sintagmas “a presente guerra” e “a última guerra” determinam o referente em relação ao tempo, “a guerra contra x” ou “a guerra de y” o delimitam segundo os envolvidos em sua realização. São alguns exemplos:

- (30) [...] as direcçõens da *guerra contra Veneza* [...].
- (31) [...] se mostra tranquilla pelo que toca a *guerra de Turquia* [...].

k) Ideia de missão ligada à religião

Menos explicitamente, a guerra é, algumas vezes, entendida e justificada como uma missão divina, cujos resultados não dependem apenas da dedicação dos homens e dos esforços dos governos, mas de um poder e de uma vontade superiores, por exemplo:

- (32) A guerra havemos de *continuar no caminho do senhor*, a quem rogo de dia e de noite que *nos conceda a victoria* [...].

A conotação da unidade

Mostrou-se que várias ideias relacionam-se à unidade lexical **guerra** nos cotextos e contribuem para a formação desse referente no discurso da “Gazeta de Lisboa”. Além desses sentidos associados, o uso recorrente de adjetivações, sintagmas adjetivais e substantivos de conotação negativa também atua na constituição do referente. A associação de **guerra** a unidades como “infeliz”, “funesta”, “sanguinosa” e “destrutiva” assinala as ideias de prejuízo, perda e desgraça, como pode ser visto em:

- (33) Outras pessoas porém, lembradas da *infeliz guerra* que tivemos ultimamente com a Rússia, receão muito hum rompimento com esta formidavel vizinha [...].
- (34) A guerra sera na verdade *sanguinosa*.

Em algumas passagens, aparecem adjetivos que qualificam a guerra quanto a uma tipologia, assinalando uma diferenciação ou dando destaque a uma de suas características, como em:

- (35) Não podemos adoptar os expedientes summarios da *guerra moderna*.
- (36) Cada vez são maiores os indicios de haver huma *guerra quasi geral* para a primavera que vem.

A análise do intradiscurso, baseada na verificação das conotações e ideias frequentemente associadas à unidade lexical **guerra**, tem como resultado a apreensão dos seguintes semas complementares: [+/-evitável], [+necessário], [+potência], [+demorado], [+/-rentável], [+mortal], [+prejudicial], [+de grande proporção], [+risco de fracasso], [+referencial no tempo], [+plurilateral] e [+desinteligência].

Análise no interdiscurso

De acordo com Moirand (2003, p. 85), a memória interdiscursiva trata da inscrição, em certas formas linguísticas, da memória de momentos discursivos anteriores, e é constituinte do sentido social que é dado aos acontecimentos. O objetivo principal da análise do discurso é, segundo essa autora, verificar os efeitos de sentido que se instituem no ponto de encontro entre o que está sendo dito na sequencialidade linguística e a rede de sentidos socioculturais e ideológicos existentes do interdiscurso, que vêm da memória e da história.

Esse posicionamento reafirma a ideia de Pêcheux (1975, p. 178) de que há sob o texto uma realidade planejada, que faz parte de um “funcionamento ideológico” prévio. Para ele, ao analista cabe verificar o itinerário instaurado pelo processamento dos efeitos de sentidos e apreender-lhe o ideológico preso à realidade desenvolvida durante o agrupamento das enunciações nos enunciados.

Nesta pesquisa, o objetivo do estudo do interdiscurso é relacionar o funcionamento observado por meio das análises até aqui expostas com a situação social da época e com dados históricos, na tentativa de mostrar de que forma as crenças, pensamentos e visões de mundo do século XVIII são expressos nas páginas do jornal estudado. Procura-se identificar os outros discursos inseridos transversalmente neste discurso jornalístico.

No contexto histórico-social do século XVIII, sabe-se que a Europa era dominada por regimes monárquicos absolutistas, que foram consolidados entre os séculos XVI e XVII. Nesse período, importantes pensadores e filósofos tentavam justificar o poder absoluto dos monarcas. No século XVI, Bodin (1577) construiu uma teoria em que entendia a república no sentido de coisa pública, de Estado. Para ele, a república seria a comunidade humana em que aparecia a soberania, representada pela monarquia de direito divino.

A partir do século XVII o absolutismo se desenvolveu na França graças à ação de Richelieu, principal ministro do rei Luís XIII, contra os poderes feudais. Considerado um dos fundadores do Estado moderno naquele país, ele lutou pelo fortalecimento do poder real, pois defendia a ideia de que apenas a potência era necessária para o Estado. Segundo sua teoria, a pessoa do rei se confundia com o Estado, e aquele não deveria aceitar nenhuma oposição e nem compartilhar seu poder.

Quem tem a força frequentemente tem a razão em matéria de Estado [...]. Os interesses públicos obrigam os que têm a conduta Estados a governá-los de modo que eles possam não somente protegê-los de qualquer dano que se possa evitar, mas também da apreensão do que eles poderão ter” (RICHELIEU; HILDESHEIMER, 1995, p. 293, *tradução nossa*).

A ideia de que o objetivo do Estado era defender e assegurar o interesse público é constantemente reafirmada nos textos do periódico estudado, em passagens que indicam que as decisões e ações dos reis e imperadores visavam o bem geral da nação:

- (37) O nosso magistrado atendendo ao *bem publico*, tem tomado huma resolução muy *favoravel a boa iconomia das familias*; deffendendolhes o demaziado luxo nas mulheres, e filhos; e prohibindolhes o uso de joyas, e de rendas de flandres [...]. (Alemanha. Hamburgo, 6 de janeyro. GDL, 9/02/1730).
- (38) O interesse, que mostrais tomar no sucesso das minhas negociaçoens, unido com os Estados Ge-raes para a *renovaçam da tranquillidade publica*, me he muito agradavel; nam negligenciarey da minha parte nada do que puder *contribuir para hum bem tamanho* [...]. (Gram Bretanha. Londres 1 de Março. GDL, 7/04/1735).
- (39) Renuncio toda a pompa e fausto, e estou disposto a sacrificar o meu socego pessoal, não desejando mais do que *vingar o damno feito ao meu povo*. (Decreto imperial do grão-senhor ao governador de Constantinopla. GDL 6/02/1790).

A concepção de monarquia de Luis XIV, maior ícone do absolutismo, foi inspirada em Richelieu, que acreditava que o rei era o único que poderia exercer o poder, pois somente ele conhecia as razões do Estado, vistas como um mistério divino.

Na mesma época, Bossuet (1709, p. 258) afirmava: “ Deus fez os reis e príncipes seus tenentes na terra, para tornar sua autoridade sagrada e inviolável” (*tradução nossa*). Esse religioso defendia o “direito divino”, pregava que a monarquia tinha origem divina, e que caberia aos homens aceitar as decisões reais, sem as questionar.

[...] o poder dos reis é sagrado [...] não há nada melhor fundado na palavra de Deus, que a obediência que é devida por princípio de religião e de consciência às potências legítimas” (BOSSUET, 1709, p. 259, *tradução nossa*).

Algumas falas de reis e imperadores citadas pelo jornal reafirmam a crença de que a monarquia era ligada à vontade divina:

- (40) [...] o seu theor he o seguinte. “ [...], *pela graça de Deos Emperatriz, e Soberana de todas as Russias*. (Russia, Petrisburgo 5 de Março, GDL, 5/05/1740).
- (41) [...] e continuar em *concedernos a sua graça para conservaçam do nosso Imperio*, e dos nosso subditos [...]. (idem).

Entre as obras de conteúdo político que se destacam nesse cenário, está “O Príncipe”, de Nicolau Maquiavel (1513), que defendia o Estado como um fim em si mesmo, afirmando que os soberanos poderiam utilizar-se de todos os meios que garantissem a conquista e a continuidade do seu poder. “[...] um príncipe inimigo do povo não pode nunca estar seguro [...]” (MAQUIAVEL, 1513/2009, p. 111).

Também se destaca Thomas Hobbes, autor de “Leviatã” (1651), para quem os homens legavam ao soberano o direito de protegê-los contra a violência e, sendo assim, a monarquia seria justificada pelo consenso social. Do ponto de vista político, era necessário um Estado forte para controlar e disciplinar a sociedade. A ideia de que a guerra é um mal necessário para o bem público, inspirada muito provavelmente nessas obras e de outros pensadores renascentistas, também é recorrente:

- (42) [...] Sua Mag. Imp. desejava muito, que os negocios da conjuntura presente podessem permittir algum alivio aos seus fieis Vassallos; mas que *a guerra, que se faz a S.Mag. pede que se augmentem as suas forças* [...]. (Vienna 20 de Novembro. GDL, 6/01/1735).

Apesar de criticado, o absolutismo era aceito por alguns filósofos sob a forma de despotismo esclarecido, justificado pelo pensamento que o Estado absoluto era submisso à razão, que deveria tudo governar. O déspota esclarecido usava sua autoridade absoluta para fazer as reformas necessárias ao progresso e de acordo com a bondade dos indivíduos. Mas era preciso agir de modo autoritário, porque as pessoas eram consideradas incapazes de entender o sentido do progresso. O absolutismo esclarecido conduzia a uma racionalização dos meios de poder e à redução do poder da aristocracia. O pensamento racionalista, que procurava estabelecer caminhos para alcançar determinados fins em nome do interesse coletivo, é explícito no *corpus* em algumas circunstâncias, como em:

- (43) [...] fazemos reflexam nas reiteradas provas, que V.Mag. tem dado, e de que nos temos tantos exemplos, de haverem sido sempre *o direito, a razam, e a prudencia, a regra dominante das suas açcoens* [...]. (Gram Bretanha. Londres 1 de Março. GDL, 7/04/1735).

O estudo das obras lexicográficas da época também contribui para a apreensão da ideologia daquela sociedade, como pode ser visto, por exemplo, pela seleção da abonação que integra o verbete da unidade **guerra** no dicionário de Moraes. Este lexicógrafo cita exemplo retirado do livro “Chronicas dos Reis de Portugal (parte 2)”, de 1642, escrito por Duarte Nunes de Leão, jurista, gramático e historiador português. Na abonação, reproduzida na sequência, a unidade é relacionada a seu antônimo, paz:

Os povos de Portugal requererão ao Senhor Rei D. João I que não casasse, nem fizesse paz, nem guerra sem consentimento de todos, porque erão estas coisas que pertencião a todos. (LEÃO, 1642 *apud* SILVA, 1813)

Ao abonar a unidade por meio de seu antônimo, o dicionarista optou por complementar as informações da frase definitiva, que descreve a guerra como um ato hostil que objetiva prejudicar ou vencer o inimigo. Mas ele deixa de lado ocorrências da palavra na língua (inclusive em outras obras o mesmo autor citado na abonação) que ajudariam a defini-la como oposição entre nações ou como um conjunto de ações militares de enfrentamento. Além disso, a abonação selecionada por Moraes refere a guerra como algo que pode apenas ser decidido pelo rei, visto como representante dos desejos dos “povos de Portugal”.

A religiosidade, principalmente em Portugal, orientava a conduta dos reis e cidadãos, e sua importância política é constantemente afirmada na “Gazeta de Lisboa”, seja justificando os poderes absolutistas, seja ligada à motivação de guerras, como em:

- (44) [...] fazer mais eficaz e execução dos empenhos em que entrarão as potencias contratantes da quadruple aliança, ha lugar de se presumir com muita razaõ, que este feliz principio fara dentro de pouco tempo perfeita, e *completa a grande obra da purificação geral*. (Gran Bretanha. Londres 24 de janeiro. GDL 9/03/1730).
- (45) Estamos determinados a fazer, com que todo o Mundo reconheça, que estamos verdadeiramente persuadidos, de que *o mantimento da nossa Religiam, e das nossas liberdades, depende da segurança da subsistencia de V. Mag. e do seu governo* [...]. (Memorial dos Pares do Reino para ElRey; Gram Bretanha. Londres 1 de Março, GDL 7/04/1735).

Por meio dessas ocorrências é possível observar alguns dos diferentes discursos que estão inscritos “clandestinamente” (cf. MOIRAND, 2007b, p. 96-98) no discurso da imprensa portuguesa do século XVIII. Trata-se de alusões a outros pontos de vista ou a outros discursos que reaparecem para enfatizar a ideologia dominante.

Conclusão

Pelas análises aqui apresentadas, conclui-se que um acontecimento como uma guerra é um referente complexo, pois essa unidade lexical pode atualizar em discurso apenas alguns de seus traços semânticos, segundo a intenção comunicativa do enunciador. Ao colocar em evidência algumas dessas facetas em detrimento de outras, o enunciador “ilumina”, no sentido dado por Grize (2004, p. 42), o objeto do discurso, “colorindo”-o em função de pré-construídos.

As ideias associadas à unidade, as co-ocorrências e as recorrências também são reveladoras de práticas discursivas que constituem e delimitam os sentidos que a unidade adquire nos contextos. Portanto, pode-se afirmar que os sentidos são construídos em discurso por meio da construção dos referentes, ou seja, resultam da soma das possibilidades do sistema lexical, das práticas linguísticas compartilhadas pela comunidade e dos conhecimentos coletivos.

Verifica-se que a seleção lexical explicita a interação entre a realidade e os sentidos e assinala o conhecimento de uma comunidade, que é renovado na interação discursiva. Dessa forma, a ideologia é expressa pelos elementos do vocabulário em discursos realizados e em gêneros historicamente definidos, e, com o passar do tempo, integra a memória das palavras, cristaliza-se e passa a fazer parte do léxico.

O estudo das unidades lexicais relacionadas ao campo político-militar na *Gazeta de Lisboa*, dos cotextos dessas unidades e do intradiscurso revela e confirma o panorama ideológico geral da Europa no século XVIII.

REFERÊNCIAS

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico [...]*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8 v.

BODIN, J. *Les six livres de la Republique*. 1577. Disponível em: <<http://books.google.fr/books?id=-iA8AAAACAAJ&pg=PP5#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 12 fev. 2011.

BOSSUET, J.-B. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Ouvrage posthume. Paris: Pierre Cot, 1709. Disponível em: <<http://books.google.fr/books?id=3D4Pz6g8dKwC&dq=Jacques-B%C3%A9nigne%20Bossuet&pg=PP7#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 10 fev. 2011.

BRANCA-ROSOFF, S. Approche discursive de la nomination/dénomination. In: CISLARU, G. et al. *L'acte de nommer: Une dynamique entre langue et discours*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007. p. 13-22.

CHISS, J.-L.; FILLIOLET, J.; MAINGUENEAU, D. *Introduction à la linguistique française: Notions fondamentales - phonétique, lexicque*. Paris: Hachette, 2001, t. I.

COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique. *Langages*, Paris: Larousse, 1981, n. 64.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

GIL, B. D. *Quem mandou você gostar? Um estudo léxico-semântico do amor-paixão em letras de música preferenciais de alunos do ensino médio (SP)*. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - FFLCH/USP. São Paulo, 2002.

_____. O amor no léxico de canções populares. *Estudos linguísticos*, São Paulo, 2006, n° XXXV, p. 402-411.

GRIZE, J. -B. Le point de vue de la logique naturelle. In : DOURY, M.; MOIRAND, S. (Orgs.). *L'argumentation aujourd'hui*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2004. p. 35-43.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Tradução de José Antônio Martins. 2. ed. São Paulo: Hedra, 2009.

MATORÉ, G. *Le vocabulaire et la société du XVI^e siècle*. Paris: PUF, 1988.

MOIRAND, S. Quelles catégories descriptives pour la mise au jour de genres du discours? In: *Actes de la journée «Les genres de l'oral»*, du 18 avril 2003, ICAR - Interactions, Corpus, Apprentissages, Représentations, Unité Mixte de Recherche UMR 5191 (CNRS / Université Lumière Lyon 2 ; ENS de Lyon – INRP). Bron (France), 2003. Disponível em: <http://gric.univ-lyon2.fr/Equipe1/actes/journees_genre.htm>. Acesso em 20 fev. 2009.

_____. *Les discours de la presse quotidienne: observer, analyser, comprendre*. Paris: PUF, 2007a.

_____. Comprendre la construction discursive des événements dans la presse imprimée et la presse en ligne. In: *Colloque Formación y Investigación en lenguas extranjeras y traducción*. Organisé par Lenguas Vivas. Buenos Aires, 2007b (no prelo).

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975.

RICHELIEU, A. J. P.; HILDESHEIMER, F. *Testament politique de Richelieu*. Paris: Librairie Droz, 1995. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=gKbKe4nXPzMC&lpg=PP1&hl=fr&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 11 fev. 2011.

SILVA, A. M. *Diccionario da lingua portugueza: recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.